



# Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do BTG Pactual e do FGV  
IBRE e doutor em economia

banrisul

## Existe saída para a economia do Brasil

Esgotamento do atual ciclo coincide com eleições e é oportunidade de desatar nós

O CDPP (Centro de Debates de Políticas Públicas) acaba de lançar um estudo que sugere um conjunto de políticas para atacar simultaneamente o desequilíbrio fiscal, a baixa taxa de crescimento da produtividade e a pobreza e exclusão produtiva. O leitor pode consultar o estudo neste link.

Estamos amarrados em um ciclo vicioso em que o aumento do valor real do salário mínimo, e, conseqüentemente, dos programas sociais a ele amarrados, e a indexação dos pisos constitucionais em saúde e educação à receita corrente líquida, obriga que o gasto público cresça mais do que a economia.

No quadriênio do terceiro mandato de Lula, o gasto primário crescerá 23% para uma economia

que crescerá 11%. Este crescimento do gasto primário, em excesso ao crescimento da economia, pressiona a base de recursos da economia, já bem fraca pela estagnação da produtividade, o que gera pressão inflacionária e juros reais elevados.

Juros reais elevados, conjuntamente com o aumento do gasto primário, contribuem para o crescimento da dívida pública, em excesso ao crescimento da economia, piorando a percepção de risco.

A proposta do estudo é um conjunto grande de medidas que ataquem simultaneamente nas três frentes para que saiamos deste ciclo vicioso e consigamos construir um ciclo virtuoso. O início é, evidentemente, moderar o crescimento do gasto. Por alguns anos,

e elevar o salário mínimo pela inflação passada e elevar os pisos constitucionais pelo crescimento demográfico, para manter o gasto per capita com saúde e educação constante. Não haverá, portanto, retrocesso civilizatório, que é considerado uma cláusula pétrea da Constituição Federal. Uma alternativa é manter a política de ganho real do salário mínimo mas desvinculá-lo dos programas sociais.

Mas há inúmeras outras propostas para atacar conjuntamente o desequilíbrio fiscal: racionalização do auxílio doença, do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e do seguro defeso, entre outros; reforma da previdência dos militares e policiais; reformar o regime especial de previdência do microempreendedor individual (MEI);

reforma administrativa para racionalizar os recursos humanos do setor público; atacar o problema dos supersalários; redução das emendas parlamentares; racionalização do Fundeb; um limite de despesas dos poderes autônomos; elevação da tributação sobre o lucro, principalmente das empresas que operam sob os regimes tributários especiais, do Simples e lucro presumido; entre outras medidas.

O segundo bloco de medidas visa elevar a produtividade da economia. Nesse item o terceiro mandato de Lula deixa o bom legado da reforma tributária que estará plenamente efetiva no início da próxima década. O estudo do CDPP adiciona medidas: na área de crédito; abertura da economia; melhoras no marco regu-

latório do setor elétrico; políticas de restauro florestal e produtividade da Amazônia; entre outras. O grande desafio são as políticas educacionais contempladas no estudo. Sinto falta no estudo de um olhar para as deficiências do fundamental 2, hoje nosso maior gargalo educacional.

Na área social, em sintonia com falas recentes do ministro Fernando Haddad, há muito espaço para a unificação dos programas e ganho de eficiência, visto que nos últimos anos o orçamento elevou-se muito. Há inúmeras propostas no estudo. Mas há uma preocupação, adicional, de que as políticas sociais sejam coordenadas com políticas de integração produtiva.

O esgotamento do atual ciclo econômico conjuntamente com o processo eleitoral é uma oportunidade para tentarmos desatar os diversos nós simultaneamente. O estudo do CDPP é o melhor guia que temos.

**banriway** A vida financeira do seu filho começa aqui.

A nova conta para crianças e adolescentes do Banrisul.

Para eles terem **mais autonomia e segurança.**

**banrisul**

[www.banrisul.com.br/banriway](http://www.banrisul.com.br/banriway)

## Debate do Sinduscon-RS aborda gastos públicos, endividamento e eleições

/CONJUNTURA

Cláudio Isaías  
isaiasc@jcrs.com.br

“A prioridade do próximo governo que vencer as eleições deve ser a implementação de um novo arcabouço fiscal rigoroso, que será essencial para garantir a estabilidade econômica do País e a redução estrutural das taxas de juros.” A avaliação é do economista-chefe da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiersg), Giovani Baggio, ao afirmar que, com essa disciplina nos gastos, o Banco Central poderá interromper o ciclo de cortes nas taxas de juros para conter a instabilidade econômica.

Baggio participou ontem da reunião-almoço do Sinduscon-RS, que abordou o tema “Cenário político e econômico e as projeções para as eleições de 2026”.

O evento contou ainda com a participação do CEO do Instituto Millenium, Ricardo Gomes, ex-vice-prefeito de Porto Alegre.

Ao analisar o panorama econômico brasileiro, Baggio destacou ainda as fragilidades geradas pelo elevado endividamento público e privado. “As medidas recentes do governo federal são apenas soluções temporárias, que não resolvem o desequilíbrio fiscal, a verdadeira raiz dos juros elevados e da inflação”, ressaltou. O economista apontou ainda que o Brasil possui juros e carga tributária elevados “por conta de um governo que gasta demais”. “Temos problemas de infraestrutura porque não temos recursos financeiros para investir em melhorias”, comentou.

O economista-chefe da Fiersg diz que espera que o tema das contas públicas esteja presente no debate das eleições pre-

sidenciais de 2026. “Espero que os candidatos à presidência da República debatam o tema nas eleições. O novo governo terá que se debruçar sobre o assunto. E a população precisa estar ciente de que algo precisa ser feito”, destacou.

Sobre o cenário político brasileiro, Gomes destacou que a disputa eleitoral permanece indefinida, apesar da polarização aparente. “A maioria dos eleitores não possui uma ideologia rígida e prioriza soluções para problemas como segurança, saúde e economia, emprego e renda. Embora os nomes de Lula e Flávio Bolsonaro apresentem votos consolidados, as altas taxas de rejeição de ambos podem abrir caminho para uma terceira via”, comentou.

Ele afirmou que o desempenho dos candidatos durante a propaganda eleitoral será cru-



Baggio apontou que medidas recentes do governo são ‘soluções temporárias’

cial para conquistar os eleitores indecisos. Portanto, o resultado final dependerá da capacidade dos políticos em responder às demandas concretas da população e do mercado.

Gomes ressaltou ainda que boa parte dos eleitores declarou voto tanto em Lula quanto em Flávio Bolsonaro, afirmando que não trocarão de candidato. “É uma eleição presidencial difícil de enxergar um outro candi-

dato alcançando o segundo turno. Mas, não é impossível que isso aconteça. Os movimentos da eleição podem aumentar a rejeição de Lula e Flávio Bolsonaro”, acrescentou.

Com esse cenário, o ex-prefeito de Porto Alegre acredita que podem surgir nomes que se consolidem no segundo turno da eleição ao Planalto, como os de Ronaldo Caiado (PSD) e de Romeu Zema (Novo).